

A infância que se reconstrói como legado e como lugar de significação de trajetórias de vida

Rosa Madeira

Resumo:

A infância tem sido entendida como lugar de desenvolvimento e de socialização das crianças. Neste artigo abordaremos a infância como ponto de ancoragem e fonte de significado para histórias de vida que se constroem como aceitação ou recusa de identidades definidas socialmente pelas circunstâncias de pobreza e de subordinação social. Tomando como referencial teórico a sociologia da infância, nos propomos problematizar o impacto da desigualdade estrutural que é silenciado pela descontextualização dos debates sobre os direitos da criança, através da revisitação das narrativas auto-biográficas de mulheres nascidas entre 1906 e 1988, numa família residente na região centro litoral de Portugal.

Palavras-chave:

Infância. Crianças- Aspectos sociais. Crianças- Formação.

Professora Auxiliar convidada do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro. Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto.

PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 79-114, jan./jul. 2005
<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>

Introdução

Com este artigo pretendemos problematizar a dimensão subjectiva do processo de reprodução da desigualdade estrutural que encontra o seu lugar de ancoragem e de significação nas memórias de infância vividas em contextos de pobreza e de subordinação social.

Para conseguir esse objectivo, procuraremos criar condições de escuta da infância de nove mulheres nascidas entre 1906 e 1988, que representam quatro gerações de uma mesma família que viu reproduzida a sua condição social de pobreza e de desprotecção social no interior de uma comunidade que sofreu uma forte reestruturação económica e social nas últimas décadas¹.

As falas que aqui traremos são pequenos extratos de histórias de vida que foram analisados, em outro momento, como campo de estudo sobre os limites e potencialidades da educação. A produção destas narrativas baseou-se em entrevistas que, para garantirem condições de autenticidade, foram enquadradas por contratos informais² e foram cuidadas do ponto de vista epistemológico, no sentido de evitar a fascinação e a intercompreensão como efeitos da nossa própria implicação, no campo de investigação³.

Apesar deste cuidado, estamos conscientes do quanto o relato feito por adultos, das experiências de infância, é constrangido por barreiras e bloqueios psicológicos ou pelos recursos linguísticos que medeiam o acesso e a expressão de memórias que foram assimiladas, esquecidas e reconstruídas como narrativa. A infância surge como relato de uma experiência passada e é construído a partir do presente, com palavras e com a sensibilidade actual dos adultos que as narram. No entanto, é nesta reapropriação selectiva de memórias que vemos as potencialidades heurísticas das histórias de vida⁴.

O que procuraremos encontrar em pequenos extractos destas narrativas de vida são indícios do lugar que a infância ocupa na configuração e significação da suas trajetórias sociais e construção identitária, tendo presentes questões formuladas no campo da sociologia da infância.

A infância vivida como inserção em trajetórias ampliadas à escala local e nacional

O nosso interesse pela compreensão das histórias de vida nasceu do confronto com as contradições de um processo de desenvolvimento local que reproduziu as desvantagens de alguns grupos sociais implicados nas

mudanças que prometiam a emancipação para todos. Escutar as histórias de vidas de pessoas contadas nos seus próprios termos, se nos apresentava como uma forma de escapar aos limites de visão imersos num campo social cujas regras eram legitimadas ideologicamente.

Escutar memórias de infância foi uma das formas de apreender os efeitos da desigualdade que estruturou e dinamizou o progresso sócio-económico que a Modernidade investiu e prometeu como horizonte de emancipação social coletiva. Estas narrativas de vida nos revelam efeitos da distribuição desigual de oportunidades de vida, que se reproduz na vida das crianças que vão sendo inseridas em trajetória intergeracionais de pobreza que as obrigam ao esforço de produção da própria sobrevivência, que desgasta os seus corpos investidos como força de trabalho.

Começaremos por caracterizar a trajetória de desenvolvimento local na qual se inserem as trajetórias das vidas que, durante algumas décadas, sustentaram o ritmo e a intensidade da industrialização, numa região que tornou-se reconhecida quer pelo seu desenvolvimento económico, quer pela dinâmica de criação de estruturas locais de protecção social, que serve os grupos sociais que usufruem da concentração da riqueza produzida e é por eles protagonizada.

Pretendemos situar as circunstâncias e condições de inserção local da família, no quadro das mudanças sócio-estruturais e sócio-simbólicas desencadeadas pela democratização do Estado Português ao longo do século XX e que poderiam ter regulado o poder de diferenciação desigualitária que é exercido pelos grupos dominantes nas comunidades locais.

A trajetória de inserção familiar na trajetória de desenvolvimento local

Tal como muitas outras, a família a que aqui nos referimos imigrou para uma Freguesia⁵ do Concelho de Águeda, que atraiu populações pobres do interior com a oferta de trabalho na cerâmica de barro vermelho que começou a expandir-se na década de 1960, mesmo antes da sua mecanização.

As famílias imigrantes eram alojadas em pequenos compartimentos situados no interior da unidade de produção tendo, por isso, que aceitar o prolongamento das suas jornadas de trabalho, durante as noites e os fins de semana, em tarefas que envolviam todos os elementos da família, incluindo as crianças.

Dado que o emprego na cerâmica era mal remunerado, as mulheres tinham que se dedicar à atividade agrícola de subsistência, que complementava os rendimentos da família.

As crianças cresciam, assim, no espaço físico e social que ligava a fábrica, a casa e o campo, acompanhando e ajudando os adultos numa e noutra actividade, cabendo às mais velhas o cuidado dos irmãos mais novos e de outras crianças, apesar de frequentarem a escola obrigatória, que impunha alguns limites ao poder dos pais e dos empregadores.

Esta situação de exploração que era reforçada pela dependência do alojamento durou, no caso concreto desta família, até o momento em que o pagamento de uma pequena indenização pelas sequelas de um grave acidente de trabalho da mãe permitiu que este mínimo de recursos financeiros mobilizasse o máximo de esforço físico de todos os membros da família, na construção de um lugar para habitar fora da fábrica.

Assim, no limite entre duas freguesias, nasceu um bairro onde passaram a estar concentradas em grande número as famílias que viviam nas mesmas circunstâncias.

Esta realidade social, construída ao longo dos anos, para alojar aqueles de quem dependeu o esforço de produção que intensificou o desenvolvimento económico local, foi sendo reconstruída pelos grupos dominantes das duas freguesias, como ausência ou como avesso da comunidade local. O que estava em causa era a preservação da imagem exterior que passou a atrair também imigrantes de países africanos e mais recentemente do leste europeu.

Esta afluência é facilitada pela localização litoral, pela proximidade dos eixos rodoviários com acesso aos principais centros urbanos.

Nas décadas de 1960 e de 1970 a dinâmica demográfica do Município ultrapassou o aumento verificado a nível do Continente e da Região e não se fez sentir o impacto do êxodo para o estrangeiro, tal como aconteceu em toda a região Centro de Portugal.

No entanto, embora a população ativa tivesse diminuído no sector primário e aumentado no sector terciário, não houve uma alteração importante nos contextos e modos de vida da população, porque a agricultura orientada para a produção para auto-consumo, continuou a ser uma atividade secundária, que garantia o complemento dos baixos salários.

Na década de 90, esta área continuou a atrair trabalhadores e a oferecer novos empregos, mas começaram a surgir internamente situações de

desemprego de longa duração, sobretudo de mulheres e de indivíduos com mais de 50 anos. Por outro lado, a segurança no emprego começou a ser abalada pelos contratos a prazo ou mesmo pela falta de contratos dos trabalhadores indiferenciados. As situações de trabalho no domicílio, com pagamento à peça, começaram a aumentar, envolvendo famílias inteiras em que as mulheres mais idosas passaram a representar a maior parte da mão-de-obra permanente na agricultura e mantidas com níveis muito baixos de escolaridade (HESPANHA, 2000; 2001; REIS, 1996).

Actualmente, o espaço social público desta comunidade reproduz este processo de segmentação social gerado pelo empobrecimento de famílias mantendo, como forma de regulação de acesso a muitas oportunidades sociais, as relações de pertença/não pertença comunitária que legitimam práticas de diferenciação desigualitária na esfera da cidadania.

Quando conhecemos esta família ela parecia ser uma excepção num bairro estigmatizado pela suposta clandestinidade das habitações, do emprego, do pequeno comércio, do estatuto jurídico de quem estruturava a vida social interna e representava o bairro no exterior, das actividades de cuidado com a saúde, protecção e educação das crianças etc. Alguns anos depois, a participação num projeto de investigação sobre políticas sociais nos levou a desconstruir esta representação da realidade.

Embora a família mobilizasse todas as formas de enfrentamento social consideradas no estudo, a sua situação ilustrava todos os fatores de risco social identificados no local, o que era agravado pela falta de informação sobre direitos sociais fundamentais que foram sendo universalizados depois da queda da ditadura que vigorou em Portugal durante mais de 40 anos.

Naquele estudo fomos confrontadas com como o poder de diferenciação desigual era exercido na “sociedade providência”, configurada pelos interesses e pela opinião dos notáveis. Pudemos também apreender como os profissionais de terreno e outros agentes investidos do papel de mediadores no acesso a direitos instituídos formalmente pelo Estado-providência participavam na reprodução deste poder de regulação social no local, que autorizava a manipulação dos recursos públicos na produção de mais poder simbólico.

Esta trajetória requer também ser entendida tendo em conta a ditadura, que de 1926 a 1974 vigorou em Portugal, fazendo retroceder todo um conjunto de políticas instituídas pela República implantada em 1910. A

educação pública, que havia sido investida como uma dimensão fundamental, foi sendo desinvestida e manipulada ideologicamente pelo Estado Novo para manter um regime de silenciamento de qualquer debate interno. O isolamento da população face ao exterior, representado como adverso à preservação de “valores sagrados” – Deus, Pátria e Família – e o regime colonial que mobilizava todos os jovens para a guerra desde o início dos anos 60, era assegurado pela utilização da escola como veículo de difusão e inculcação ideológica e como controle social de proximidade. Só em 1974, uma Revolução desencadeada pelas Forças Armadas pôde romper com uma ordem social de base comunitária, fortemente assegurada pelo investimento simbólico e de poder político dos notáveis de cada região.

O desenvolvimento do Estado-providência em Portugal se fez tardiamente e o seu desenvolvimento foi constrangido pela crise do petróleo que fez sentir os seus efeitos nos anos 80, quando começavam a definir-se a Política Nacional de Saúde, de Proteção Social e quando a Escola Pública começou a ser sucessivamente alargada como obrigação e meio de democratização social.

A posterior integração de Portugal no espaço económico e social europeu veio restituir a segurança abalada na possibilidade de construção de uma sociedade de bem-estar para todos. O pensamento social e os discursos que legitimam as políticas nacionais e as relações internacionais passaram a incorporar textos produzidos em conferências internacionais, que proclamaram a igualdade de direitos humanos, direitos da criança, da mulher, das minorias e definiram, como metas, a universalização do direito à saúde e à educação e a erradicação da discriminação de classe e gênero e a luta contra a pobreza.

Nas comunidades locais persiste, no entanto, em muitos sectores e campos sociais, o poder dos notáveis como base na definição das relações de pertença e não pertença comunitária que prejudicam os grupos sociais que são definidos e integrados como subordinados ou excluídos.

As crianças, o seu estatuto e condições de vida na comunidade

Conhecemos as mulheres que aqui nos falam da sua infância, enquanto educadora participante de equipas que apoiavam processos de integração sócio-educativa de grupos especiais em contextos educativos formais e em

projectos locais de intervenção comunitária, no âmbito de um movimento social pela inclusão incondicional de todas as crianças da comunidade.

No início da década de 1980, uma situação de ruptura na família em causa, coincidiu com um pedido de intervenção feito pelos professores, o que nos levou a conhecer a casa, o bairro e a escola destas crianças, onde entrevistámos um grande número de crianças sinalizadas pelos professores como presumíveis portadores de “dificuldades de aprendizagem”. Entre as crianças entrevistadas estavam duas crianças desta família. A experiência de contacto imediato com as crianças nos seus contextos de vida e o resultado destas entrevistas confrontaram a equipa com questões e contradições inerentes ao papel social, do qual era esperado que as dificuldades de ensino/aprendizagem e de interação social vividas no quotidiano dos professores e das crianças, pudessem ser explicadas pelo estudo da motivação e de outros recursos cognitivos, estritamente individuais, das crianças que eram identificadas na comunidade pelas suas circunstâncias de pobreza e exclusão.

Do diálogo que se seguiu com as professoras, constatámos que a maioria daquelas crianças tinha sido sinalizada por viver num bairro pobre e estigmatizado, que se situava na periferia da comunidade. Este fato era suficiente para que as crianças fossem alvo de “profecias” de insucesso e de inadaptação que, em alguns casos, acabava por se realizar, porque o capital social e cultural que estas crianças traziam para a escola era aí “traduzido” como problema social e psicopedagógico. A invocação do argumento de que elas tinham que lutar pela sua própria sobrevivência, contra a adversidade e a precaridade social que caracterizavam o espaço da casa, a fábrica, o campo e a rua, servia apenas para naturalizar e legitimar as atribuições negativas imputadas às crianças e às suas famílias, pelos mesmos agentes sociais e educativos que reclamavam o direito humano destas crianças à infância e à educação numa localidade com um nível satisfatório de infra-estruturas sociais.

Esta contradição levou à nossa tomada de consciencia de que estávamos diante de um conjunto de categorias mentais, de concepções sobre a vida das crianças e sobre a infância, que fechava o círculo das esperanças e expectativas relativamente à educabilidade e à inclusão daquele grupo de crianças.

O efeito de ocultação das concepções e imagens homogêneas e universalizadas da infância e das crianças é um dos problemas que tem vindo a ser discutido no campo da sociologia da infância.

Sarmento (1998) chama a atenção para a ilusão gerada pelo fato dos estudos sobre as crianças virem sendo realizados sem ter em conta os contextos sociais em que as suas vidas e subjectividades vão sendo influenciadas por valores, aspirações e estratégias familiares, incorporadas através de processos e modos próprios de socialização.

Esta questão da construção social da realidade das crianças é também analisada por Ferreira (2000) que considera que a construção de conhecimento sobre a infância e sobre as crianças tem sido invertida e subvertida, na medida em que são as imagens que temos sobre a infância que constroem a realidade social das crianças, em vez do contrário.

Partir da realidade das crianças como base da construção das nossas imagens sobre a infância, comporta, no entanto, o desafio de termos que escapar ao relativismo que poderia advir do reconhecimento de que cada classe social e cultura valoriza de forma desigual a infância e atribui papéis diferentes às suas crianças. No entanto, tal como nos adverte a autora, a universalidade imaginária, que invoca a retórica dos direitos humanos e de cidadania das crianças, tem servido mais para generalizar os interesses e pontos de vista particulares dos grupos dominantes, do que para diminuir a discrepância entre direito e realidade, entre ideologia e práticas sociais (FERREIRA, 2000).

É na procura de lidar com este desafio de confronto desarmado com a realidade vivida pelas crianças dos grupos sociais que suportam o esforço de um trabalho que desgasta os corpos e limita os horizontes de possibilidade de emancipação das gerações mais novas, que passaremos a revisitar conteúdos extraídos de histórias de vida que nos revelam formas discretas de reprodução sócio-simbólica das desigualdades estruturais.

Para o fazer, começaremos por apresentar um quadro com os acontecimentos com que este conjunto de mulheres demarcaram as suas trajectórias de inserção no mundo adulto da produção e reprodução económica, social e cultural.

Esperávamos poder sinalizar como momentos críticos desta transição: a entrada da criança na vida referida à figura da mãe-cuidadora, o alargamento do espaço de sociabilidade e esfera de socialização da criança com desenvolvimento de amizades e de outras formas de relacionamento entre pares, fora do contexto da família restrita; saída da escola e ingresso na esfera de produção; trabalho remunerado como condição necessária e precipitadora da constituição de nova família. Mas, o que encontrámos, foi o seguinte:

Sujeito/ parentesco	Ano de Nasc.	Figura de cuidado	Idade Separação da mãe	Motivo	Idade Formação amizades	Contextos sociais de relação entre pares	Idade de saída da escola	Nível de escolaridade
Eva (mãe)	1906	Ama	-1/RN	abandono	10-14	Emprego	-	-
Silvia (filha)	1942	Mãe	7	emprego	7-9	hospital emprego	-	-
Ana (neta)	1962	Avó Materna	2	acidente	2-7	casa avó	14	4 ^a
Alda (neta)	1964	Avó paterna	-1 meses	Acidente	10-12	escola emprego	13	4 ^a incompleta
Olga (neta)	1978	mãe	2	acidente	4	escola hospital	13	5 ^a incompleta
Maria (neta)	1983	Irmã	7	doença	2-6	hospital escola ATL	10	4 ^a classe
Carina (bisneta)	1980	Mãe	4	Ruptura familiar	6...	escolas	18	9 ^o ano (Suiça)
Sofia (bisneta)	1986	Avó materna	2	imigração	3-12	Jinfância Escola Grupo Comum	12	6 ^o ano
Joana (bisneta)	1988	Avó materna		imigração	2-12	Creche Jinfância Escola G.Com.	14	6 ^o ano

Quadro 1: Índícios das condições de vida e contextos de existência como criança

Sujeito/ parentesco	Ajuda no cuidado de crianças e em tarefas domésticas	Ajuda familiar na agricultura e na fábrica	Empregado remunerado	Constituição de nova família
Eva (mãe)	10	10	15	20
Silvia (filha)	7	8	21	19
Ara (neta)	7	12	15	16
Alda (neta)	8	10	15	15
Olga (neta)	4	10	14	17
Maria (neta)	4	11	12	15
Carina (bisneta)	-	-	19	-
Sofia (bisneta)	4	10	14	16
Joana (bisneta)	7	12	-	-

Quadro 2 : Idade e estatuto de ingresso na esfera da produção e da reprodução social

Como podemos constatar, a trajetória de vida destas mulheres radica numa experiência de infância que pouco coincide com o padrão de referência que foi sendo construído e consolidado como universal, ao longo do século XX .

Ariès (1973) localizou a emergência do sentimento de infância, entre os grupos que ocupavam as posições sociais privilegiadas, em meados dos séculos XVII e XVIII. O que se pôde constatar, no mesmo momento em que a vida das crianças da burguesia ia sendo configurada pela privatização da vida familiar, é que as crianças das classes populares estavam a afluir às zonas urbanas e à proximidade das unidades fabris, onde começavam a coabitar com outras famílias e eram mobilizadas como mão de obra para a indústria.

Enquanto o primeiro grupo de crianças via reconhecidos e reforçados os atributos específicos pelos quais passavam a ser diferenciadas dos adultos, com a ida para a escola em regime de internato que as separava dos mundos de vida dos adultos, as segundas eram mantidas como propriedade dos seus pais, tendo como alternativa possível a sua institucionalização, promovida como medida de “recolha e proteção das crianças abandonadas e vagabundas”.

Pinto (1997) considera que há crianças que se mantêm até aos nossos dias como “prisioneiras” de condições, de gêneros de vida e de concepções de infância que, há alguns séculos, naturalizavam a sua inserção no mundo adulto

da produção e reprodução social. O autor admite mesmo que tenha havido um retrocesso na condição das crianças das camadas populares que são mais vulneráveis ao advento da industrialização e à procura de mão de obra infantil.

O que nos parece importante reconhecer é que a universalidade imaginária da infância e dos direitos da criança que é reclamada sem o reconhecimento destas e de outras lutas travadas em outros espaços estruturais, alheios e muitas vezes ignorados pelos sistemas centrados nas crianças ou orientados para as crianças, é reproduzida, não apenas no campo ideológico, mas também no interior do campo científico que estrutura novos campos de intervenção social (FERREIRA, 2000).

O estudo das crianças a partir das suas instituições – a família e a escola – que constrói a infância como tempo de espera e dependência, pode tornar impronunciáveis e invisíveis muitas dimensões da vida das crianças que são obrigadas a garantir condições de que depende a sua própria sobrevivência. É de se estimar que as crianças que na vida quotidiana têm que assumir precocemente responsabilidades que apenas se reconhecem no adulto, sofram mais intensamente os efeitos de construções sociais da infância que ocultem ou não problematizem as desigualdades sociais em geral e as desigualdades de poder entre adultos e crianças, que põem as segundas em posição de grande vulnerabilidade a situações de abuso, maus-tratos, exploração etc.

As subjectividades ancoradas em experiências referidas a contextos materiais de existência

Como pudemos visualizar nos quadros apresentados, estas quatro gerações de mulheres partilham entre si algumas condições de existência material e social que constroem profundamente as suas possibilidades de construção de um discurso identitário a partir da sua origem ou experiência nos primeiros anos de vida.

A maioria destas mulheres não foi criada pela mãe. Alguém – uma ama, a avó, ou outras crianças – teve que assumir o papel materno, segundo o modelo tradicional de família, radicado no que Iturra (1995) designa como o mito cristão. Não podem referir-se a condições que são construídas como típicas da entrada no mundo pelas crianças: as garantias de sobrevivência, o alargamento progressivo de um espaço social protector do crescimento e desenvolvimento e facilitador da aprendizagem, da afirmação de si mesmas e até o reconhecimento social

da maturidade e a conquista de autonomia no interior do mundo adulto, crescentemente ampliado na relação de pares.

Situações adversas, decorrentes de circunstâncias de pobreza, associadas à precariedade das redes formais de proteção social às suas famílias explicam, pelo menos parcialmente, que a sua inserção entre adultos fosse mediada em condições que não parecem ter variado na relação directa com a modernização social e emergência tardia do Estado-providência em Portugal. Só algumas das narrativas nos dão sinais do clima e da circulação de outras categorias de pensamento social sobre a infância e as crianças que acompanhou o processo de criação e democratização das políticas sociais.

Na verdade, apesar de se encontrarem incluídas no universo social e simbólico em que se afirmam eloquentemente os direitos da criança como direitos humanos, para fundamentar decisões e organizar recursos, estas mulheres, na sua infância, não só tiveram que lutar pelo que são considerados os mínimos de protecção contra a privação e o perigo, por estarem (objectiva e/ou subjectivamente) entregues a si mesmas ou a outras crianças, como também não tiveram satisfeitas as suas necessidades fundamentais de alimentação, abrigo e educação.

Como poderemos escutar adiante, a fome e a falta de cuidados mínimos e de acompanhamento são temas recorrentes nas suas narrativas, o que as parece excluir do estatuto de “contemporâneas” do mundo que o século XVII viu emergir o que Ariès (1973) designa de “sentimento de infância”. No entanto, é nesta condição que a maioria delas começou muito precocemente a desempenhar o papel de figura de protecção, de cuidado e de referência de crianças mais novas: irmãs ou filhas de empregadores, ao abrigo da sua condição de filhas mais velhas, de “ajudas familiares” ou de “serventes” no trabalho doméstico.

O estatuto de cidadania que impunha limites e obrigações às famílias, não foi suficientemente inscrito na vida de crianças que tiveram que acumular o ofício de alunas com o trabalho invisível no espaço doméstico e da produção, tendo como única retribuição a alimentação, o vestuário e a habitação, além do sentimento de pertença, inclusão e identificação a um grupo familiar.

Em quase todos os casos, a saída da escola correspondeu à libertação de um dos ofícios. Mas tendo abandonado o estatuto de alunas prescindiram do lugar que as situava na esfera pública regulada por direitos

de cidadania, ao mesmo tempo que abandonavam formas de sociabilidade e das relações entre pares, em que ocorre a reapropriação, pelos mais novos, das regras do jogo social adulto.

A entrada no mundo da produção, mesmo em condições de ilegalidade, enquanto ajuda, foi resolvida com a maioridade jurídica, a passagem a assalariadas, o que as libertava da condição de dependência e submissão ao poder parental, ao mesmo tempo que as precipitava para o início de um novo ciclo de reprodução social e biológica, com a formação de uma outra família.

O que achamos interessante escutar nas narrativas que apresentaremos em seguida, é o esforço de cada uma destas mulheres para apropriarem-se destes mesmos temas, para produzirem as suas histórias de vida, construindo subjectividades que parecem assumir, resistir ou recusar identidades referidas às condições de pobreza e de subordinação social, herdadas como legado intergeracional, apesar dos momentos fortes de reestruturação social que caracterizam este período histórico que iremos referir de passagem.

As experiências de infância como recurso e limite na construção de subjectividades

O que passamos a explorar é a forma como cada uma destas mulheres se apropria da memória dos seus relacionamentos, dos seus contextos materiais de existência, de alguns acontecimentos familiares, para diminuir a discrepância entre representação dominante sobre a infância e a vida das crianças e a realidade vivida por elas.

Cada uma delas tentou encontrar uma “solução” para não confinar a sua subjectividade e, conseqüentemente, o seu horizonte de determinação às circunstâncias de pobreza e da subordinação social.

O que nos interessa agora é explorar a forma como cada uma destas mulheres se apropria da memória dos seus relacionamentos, dos seus contextos materiais de existência, de alguns acontecimentos familiares para diminuir a discrepância entre representação dominante sobre a infância e a realidade vivida e lembrada por elas.

Procuraremos identificar nas narrativas alguns indícios da forma como cada uma parece ter procurado uma “solução” para o problema de não poderem pronunciar a sua experiência, nos seus próprios termos, nem a

partir das categorias de filha, aluna ou cidadã de uma sociedade que reconhece direitos especiais de proteção, de provisão e de participação às crianças que organizam e dão sentido aos discursos públicos sobre a vida das crianças.

O que queremos apreender são as diferentes formas de apropriação e/ou eventuais estratégia de produção e de “tradução” das memórias de infância, que estas mulheres mobilizaram para as reconstruir narrativamente, como lugar ou ponto de ancoragem das suas histórias de vida, para além do que as poderia definir como trajectórias de pobreza e subordinação social.

Uma das formas que parece ter sido tentada foi o recurso a representação dominante da criança-filha, que depende do cuidado de uma “mãe” imaginada como figura provedora de condições de sobrevivência física e de proteção contra a privação e o perigo. Esta foi a forma encontrada pela mulher nascida em 1906 para reconstruir uma história plausível para a sua sobrevivência à rejeição e abandono de que foi vítima. A ama surge como figura materna alternativa

“A minha mãe teve outro e a mim, mas a mim não me quis, botou-me para a rua! Ela não me deu de mamar nem nada. Isto foi mesmo para uma mulher! E quis o outro...quis o rapaz e não quis a mim. Uma mulher agarrou em mim e levou-me. O problema foi mamar! Vinha uma mulher para me dar a mama e vinha outra, e eu chorava! Até que ela disse: “olha não venham cá dar mama nenhuma à minha menina que ela vai indo, eu dou-lhe maçãs assadas e ela vai passando”. Eu estive em casa da ama dez anos, até que a minha mãe me foi lá buscar e levou-me p’rá Arrancada! Tirou-me de lá de casa... Ela ficou a chorar, a chorar... a minha santa ama, coitadinha!” (EVA-1906).

A narrativa que se segue é de uma neta, que lhe é entregue a criar, devido a um acidente e hospitalização prolongada da mãe. Ela nasceu de uma gravidez acidental que obrigou a mãe a imigrar deixando para trás o lugar em que a sua condição social de “criada”⁶ deixava de ser um obstáculo à integração social. A primeira infância desta mulher foi vivida como acompanhante da mãe, que descreve esta fase como luta por comida, conseguida em grandes jornadas de trabalho agrícola e fabril. A situação da avó que a recebeu era também de extrema pobreza, que a faz por exemplo trabalhar como empregada agrícola para uma filha que ficou e casou com um campones abastado.

O foco da sua narrativa é a afectividade da avó, que tinha um cuidado excepcional com a sua alimentação, num período de fome. A pobreza é representada como cenário de privacidade e afecto.

“De quando era pequenina não me recordo de nada, mas[...] foi uma infância mesmo bonita! Estive grande parte do tempo com a minha avó, em casa dela. Eu fui para junto dela quando a minha mãe teve um acidente. Éramos as duas, vivíamos uma para a outra[...]

Na casa da minha avó nunca me faltou o pãozinho. Ela nunca me deixou faltar nada. Naquele tempo já tinha a manteiga veja lá! Tinha sempre uma batatinha frita, tinha sempre um ovozinho. Eu sentava-me com ela à noite, tomava o cafézinho e comia a sardinha assada no borralho com pão e assim íamos para a cama. A única coisa que me recordo é que ela não tinha vacas e leite, mas ia a uns familiares e trazia sempre um quarto de leite para mim. Fui sempre muito habituadinha com o leite, com as sopinhas de leite. Eu tinha fome à tarde e ela dava-me sempre pãozinho com manteiga, quando eu chegava da escola. Quer dizer fui criada[...] bem!

A minha avó quando tinha um pouquinho de tempo livre ia ajudar a minha tia e levava-me sempre[...] Quando eu não tinha escola e era mesmo pequenina eu ia com ela. Ela deitava-me, quando estavam aqueles dias de verão e eu ouvia onde ela batia com a enxada nas pedras. Eu gostava tanto de ouvir aquele barulhinho do metal e a pedra. Eu sabia que tinha uma pessoa que estava do meu lado.” (ANA, 1962).

Esta narrativa é a que mais se aproxima da concepção de infância referida à privatização da vida familiar. Pode-se admitir que esta mulher serviu-se de um estereótipo para construir sentido para uma trajetória de inserção na trajetória da mãe, mas por outro podemos admitir que esta versão revela o potencial de reprodução intergeracional dos elementos que são valorizados na reconstrução de subjectividades.

É interessante notar como a filha desta mulher, que nasceu em 1980 e já num meio com condições materiais bem diferentes das da sua bisavó e da sua mãe, reproduz estes mesmos elementos, ou seja a proximidade afectiva, acompanhamento, cuidado na alimentação, para construir o momento de separação dos pais, devido à imigração, como explicação para situações de vulnerabilidade que viveu por exemplo na casa da ama e na escola.

“Eu lembro-me que tinha quatro anos e fui para a casa da D.Maria. A minha mãe me quiz deixar lá. Também lá estava o meu primo e a minha bisavó. A minha mãe ficou mais tranquila porque ela fazia sempre o comer [...] Eles comiam ao meio dia. Quando eu chegava a casa eles já tinham comido só havia restos ou não havia o que comer. Então eu ia a casa da minha avó. Ela de vez em quando fazia batatas fritas e uma febra ou uma sopa, mas não era todos os dias.

Quando a minha mãe foi embora eu chegava a casa e como a minha tia não estava sempre ao pé de mim para me ajudar ou não me obrigava a fazer os trabalhos e eu, brincava com o meu primo e deixava de estudar.

Antes a professora tratava-me igual aos outros, mas quando a minha mãe foi embora a escola foi outra coisa. Mudou um bocadito. Eu apanhava mais e a professora sabia que a minha mãe tinha ido para o estrangeiro.”(CARINA, 1980).

Outra forma de resolver o problema da falta de categorias disponíveis para enunciar e ir para além das experiências de infância vividas em circunstâncias de pobreza e subalternidade, foi a substituição do tópico maternidade-criação, por um outro tópico a partir do qual se contrói o sentido para a história de vida. Esta parece ter sido a solução encontrada pela mulher que nasceu em 1942, que saiu de casa na companhia da mãe, depois do internamento do pai e da separação dos três irmãos mais velhos que a criavam e que foram entregues, para “servir”, em casas agrícolas. O tema escolhido é a luta pela sobrevivência entre adultos que trabalham.

“Eu nasci em Paranho e estive lá até aos cinco anos de idade. Eu não tinha pai porque ele ficou tolo e foi para o hospital; como a minha mãe vivia com dificuldade ela foi servir e os meus irmãos também foram servir. Os meus irmãos que já eram maiorzitos andavam no campo a trabalhar, nas terras, com o gado a trabalhar nas terras, com as vacas. Já vinham habituados a isso. Eu vim para a estrada com a minha mãe, ela andava a acarretar água e eu também; eu tinha uma jarraçita e ganhava cinco tostões por semana. Eu era pequenita, mas lá andava!” (SILVIA, 1942).

Este parece ter sido o tópico que estruturou a narrativa sobre a infância da segunda filha, que ficou entregue à avó paterna e que embora vivesse igualmente em condições de pobreza, não foi percebida por ela como figura substituta da mãe. O que a sua narrativa foca é a sua posição de vulnerabilidade num mundo de adultos em que todos trabalham e no qual ela fica entregue a outra criança, sem estar autorizada a ter comportamentos “infantis.”

“A minha mãe teve um acidente e foi para o hospital. Eu tinha um ano e pouco e a ela esteve dois anos fora. Ela não me pôde criar mandou-me para a minha avó e eu fui! Os meus tios trabalhavam nas terras e numa fábrica de tijolo; trabalhavam todos, menos o meu pai que nunca quis trabalho[...] O meu avó trabalhava com as ovelhas e a minha avó andava a tomar conta delas e tratava da vida da casa. A minha tia trabalhava no tijolo e tinha duas filhas. Eu tinha um ano e pouco e a minha prima que era mais velha do que a minha irmã três anos ficava a cuidar de mim. Naquele tempo não se ganhava para dar a uma ama e nós tínhamos que ficar sozinhas. Como eu às vezes ficava sozinha e fazia as minhas asneiras – porque as crianças não gostam de ficar sozinhas – e a minha tia começou a implicar, até que tive que ir para casa da minha mãe até ir para Lisboa.” (ALDA, 1964).

Aqui nos encontramos com outra avó que narra a sua experiência de infância, que parecem ser apropriados discursivamente por esta mulher para dar sentido à sua trajetória de pobreza.

“Eu as vezes passeava com a minha avó até as ovelhas. Lembro que ela era magra. Ela começava a contar anedotas e coisas de bruxas. Contava histórias à gente, vidas que se tinham passado com ela na pobreza. Outras vezes ela contava que também sofria muito com os pais que lhe batiam[...].”

Neste caso é o avó que é representado como figura de referencia afectiva *“Lembro também do meu falecido avô. Ele andava com uma bengalazinha a passear comigo agarrado à minha mão, de mão dada. Eu andava com as ovelhas e ele lá me dava um rebuçadinho. Eu gostava muito dele e ele gostava muito de mim. Ele ligava-me mais.”* (ALDA, 1964).

As narrativas que se seguem incluem muitas referências a outras crianças – no papel de prestadoras e de objetos de cuidado por outras crianças. Nas duas primeiras esta relação entre crianças foi vivida por obrigação que é naturalizada em alguns casos e problematizada noutros. A primeira referência às crianças como obrigação de cuidado surge na narrativa da infância da bisavó que conta que a sua mãe foi buscá-la para cuidar e fazer companhia aos meninos de uns familiares distantes que são ricos. Esta experiência só referida em toda narrativa como um bem quando é referida ao momento em que a mãe decide mandar buscar a filha para trabalhar na agricultura.

“A minha mãe foi me buscar a casa da ama para cuidar depois vou p’rá Arrancada e, estava lá bem! Andavam lá os meninos, era casa rica, muito rica e eu lá estive não sei quantos anos, até que a minha mãe mandou-me buscar por um meio irmão do lado do meu pai.” (EVA, 1906).

Nesta narrativa o que é problematizado não é só a atitude da mãe que dá a sua filha “a servir”, como companhia e ajuda dos adultos no cuidado de outras crianças, mas são as próprias razões, condições e custos humanos da prestação deste cuidado.

“Eu desde os sete anos que saí para tomar conta das crianças[...] A minha mãe “botou-me” a servir na casa de uns infelizes. Estive lá até aos nove anos. Naquela altura de dificuldade, não havia de comer e não havia sítio para estar! Fui servir. Nunca mais voltei para ao pé da minha mãe, foi sempre trabalhar até quando ela voltou. As meninas tinham uma um aninho e a outra dois anitos, eu tinha sete. Eu andava com elas ao colo e não podia com elas. Pendurava-as pelas pernas e trazia-as penduradas pelas costas abaixo.[...] Eu era fraquinha e tinha fome também[...] eu é que precisava é que tomassem conta de mim!” (SILVIA, 1942).

A narrativa que se segue é no entanto de uma das filhas desta mulher que ficou também ao cuidado dos irmãos pequenos enquanto a mãe ia trabalhar. *“Eu nunca andei em infantário. Andei sempre lá por casa. Era a minha irmã mais velha que tomava conta de mim. Como eu era muito sossegada, quando era bebê eu ficava com os meus irmãos. Eu ficava dentro de um caixote e eles iam-me levar à fábrica para a minha mãe me dar o peito. Contam que a fábrica tinha uma ladeirita a descer e que os meus irmãos deixavam ir o carro sozinho, então lá vinha eu e espetava o nariz no chão! Eram crianças! Como eram crianças, era assim que calbava!”* (OLGA, 1978).

Esta realidade das crianças que cuidam de outras crianças faz parte da construção pessoal que uma das mulheres mais jovens deste grupo faz da sua infância. Neste caso a situação deixa de ser naturalizada.

“Em pequenina lembro de estar em casa, com a minha mãe a fazer o comer na cozinha e eu estar lá para trás e para a frente. Naquele tempo ninguém olhava por nós, porque a minha avó e a minha mãe não se entendiam bem. Só quando a minha mãe foi embora e nos deixou pequeninos, é que a minha avó começou a cuidar de nós.

Só o meu irmão mais velhito, é que olhava por mim de resto mais ninguém. Os meus irmãos tinham três e quatro anos quando eu nasci. Eles nos andavam sempre a guardar; iam buscar comer para nós, para mim e para a minha irmã. Eu também era pequenina, tinha três anos e a minha irmã andava ao meu colinho.

Nós não tínhamos muita amizade com os meus primos, não falávamos, assim, muito, mas brincávamos, às vezes, porque éramos crianças. Brincávamos perto de casa, logo a sair da porta. Ficávamos lá no largo a brincar.” (SOFLA, 1986).

Esta problematização pode dever-se ao facto desta jovem ter sido uma das que experimentou o papel de criança-educanda em mais do que um contexto social construído intencionalmente para as crianças. No entanto é interessante ver como em alguns momentos da sua narrativa esta experiencia parece ter sido vivida como controlo pelos adultos.

“Eu estive numa creche e gostei porque lá olhavam por nós. Lembro de fazermos jogos que havia lá uns livros para nós lermos, televisão para quem quisesse ver; nós às vezes liamos, escrevíamos, outras vezes diziam para nós irmos dar voltas e nós íamos dar voltas, passear. Só que à tarde tínhamos que dormir! Ninguém gosta de dormir[...] Muitas vezes liamos histórias, mas outras vezes, diziam para nos calarmos e dormirmos, mas era bom. Na hora do almoço, eu às vezes estava com a minha irmã, mas era só às vezes[...] Mas era bom, nós passávamos um dia bom.” (SOFLA, 1986).

Nos parece interessante observar, na narrativa seguinte, como a experiencia de uma infância fortemente marcada por acontecimentos críticos de rejeição, de violência e de abandono, pode ficar silenciada ou

esconder-se num discurso que se socorre das categorias mentais que constróem a representação de infância e de criança.

“Eu não me lembro de quando era pequenina[...] Nada! Em pequenina era muito brincalhona! Eu nasci no hospital de Agueda e quando a minha mãe veio para casa o meu pai disse que eu não era a filha dele e bateu à minha mãe. Ela fazia o comer e tudo, mas ele o deitava pela janela fora e batia muito aos meus irmãos. Ele batia-nos a todos. Quando eu tinha dois aninhos a minha mãe levou-me para Espanha, para casa de uma senhora que me criou a mim e a ela. Quando chegamos aqui o meu pai não quis saber mais dela. A minha mãe foi outra vez embora e eu fiquei com a minha avó. Mais tarde fui para a creche. Na creche era brincar[...] lá era brincar?” (JOANA, 1988).

Nos parece importante sinalizar como a referencia ao brincar, ao ser brincalhona, abre e fecha a narração de acontecimentos muito dolorosos. Esta jovem foi a que permaneceu mais tempo em contexto profissionalizado de cuidado e de educação das crianças. A construção de si mesma como alguém que brinca é utilizada também para referir a sua condição de criança que teve que participar no esforço de produção no espaço doméstico.

“Na casa da minha avó eu brincava com os meus primos. Eu comia e não parava quieta em casa, ia brincar logo e a minha avó dizia que assim eu não engordava[...] Nós antes éramos muitas pessoas cá em casa. Quando eu tinha para aí uns 10 anos a minha avó dizia para eu lavar a louça. Eu não queria, mas ela berrava e eu lavava a louça, arrumava a cozinha, limpava a casa toda e fazia os quartos.” (JOANA, 1988).

Para terminar esta procura de indícios do esforço que tem sido exigido aos grupos sociais com menor poder social, para se inserirem numa História coletiva, que os tem construído pelo silenciamento como “ausentes”, apresentamos extratos de uma das narrativas em que este esforço de produção de si mesmo, a partir dos grupos dominantes nos parece mais intenso.

É a narrativa da jovem que, sendo embora mais nova que uma das sobrinhas, não teve oportunidades de ser reconhecida e investida como criança fora do espaço doméstico, apesar de ter passado, com ela própria relata, pela escola.

Esta jovem responde ao desafio de “contar a sua história de vida”⁷ partindo também ela de uma infância com pouca visibilidade e investimento pelos adultos. Os seus primeiros anos foram vividos entre a casa da mãe e da irmã mais velha que tinha uma filha de três anos.

Ela começa por tentar construir-se nos mesmos termos que as sobrinhas, que todos os dias ela teve que ir buscar ao Jardim de Infância

quando saía da escola. É enquanto espera pelas sobrinhas que ela está, com outras crianças de um Centro de Actividades de tempos livres. “Estar lá” não é reconhecido como um direito pessoal, mas como um fato acidental na sua vida. O que a sua narrativa indicia é este esforço de se situar no lugar e no estatuto de criança que ela parece reivindicar e recusar ao negar-se a continuar a escolaridade, optando por um curso noturno de educação de adultos.

“Eu lembro-me de ter aí uns três ou quatro anos; a minha casa não era nada como é agora. Era mais pequena e tudo o mais. A minha irmã tinha uma casa muito grande e nós admirávamos aquilo e íamos para lá brincar. A minha sobrinha era mais velha do que eu. Ela tinha uma casa melhor e nós íamos para lá brincar com bonecas. Nós não tínhamos essas possibilidades eram tempos que[...] Pouco me lembro disso, mas o que me lembro eram tempos mais ou menos, porque nós brincávamos todas juntas. Eu comecei a ir para a escola com cinco anos e meio. Nós vínhamos as três da escola, mas como elas eram novas, eu não podia exigir nada delas. Como eu já tinha oito anos[...] era a mais velha de todas sempre tive que fazer mais! Elas queriam brincar, brincavam. Juntavam-se com as pessoas lá do bairro. Eu quando não tinha mais nada para fazer, via as minhas sobrinhas a brincar e não conseguia juntar-me a elas. Eu ficava, assim, no meu canto, no meu quarto e arranjava qualquer coisa. Depois comecei a dizer que não gostava de escolas.

Eu nunca fui uma pessoa que conseguisse chegar à noite e ir brincar com as outras crianças! Eu não tinha muitas colegas e não gostava muito da escola porque as minhas colegas tinham muitos problemas e fumavam. Elas me queriam pôr esse vício e eu não gostava! Então[...] estudei até ao 4º ano e saí. Estive um ano em casa, depois aos 12 anos fui trabalhar!” (MARIA,1983).

O que esta narrativa parece denotar bem é a luta escondida das crianças que se encontram sós em mundos governados pelo adultocentrismo cego às diferenças dos contextos materiais de existência e surdo relativamente ao impacto que a desigualdade estrutural tem sobre as relações entre crianças de diferentes grupos sociais que, sendo embora contemporaneas, podem não reconhecer-se sequer como semelhantes ou participantes de um segmento da população que, em todo mundo, vê o seu futuro ameaçado com a pobreza, a exclusão social, a violência e os riscos ambientais.

Concordamos com a afirmação de Sarmiento (2002, p. 16) de que “os itinerários individuais, privados e singulares de cada criança, só fazem completo sentido se perspectivados à luz das condições estruturais que constroem e condicionam cada existência humana.”

Reintegrando histórias na confluência da História

Importa aqui sinalizar que quando o esforço dispendido por cada uma destas mulheres na apropriação de condições que só agora começam a deixar de ser impronunciáveis, em alguns espaços de debate sobre a vida privada das crianças, é ainda assim desigual. Desigual porque não significa o mesmo ter sofrido fome devido ao impacto das duas guerras mundiais que atravessaram a Europa na primeira metade do século, ou sofrer a fome num período em que se reclama a universalização do direito à proteção social, ou quando esta proteção serve apenas sectores restritos de uma mesma população. É também diferente a recordação de uma criança que fica entregue a si mesma ou ao cuidado de outras, num período ou num meio em que a actividade de produção obriga ou impede que as crianças acompanhem os adultos no trabalho do campo, ou esta mesma situação referida a um período em que há leis que protegem a situação da maternidade em nome do respeito pelos direitos de cuidado das crianças, ou ainda quando as estruturas locais de acolhimento e educação das crianças são visíveis a população que tem um acesso restrito ou condicionado ao que é oferecido como um bem público.

A própria situação de separação por condições como a imigração ou doença das figuras de suporte afectivo das crianças, não pode ser vivida da mesma forma numa sociedade que apresenta o Estado como garante de mínimos éticos para toda a população, através de políticas especiais de protecção social. Protecção que regula o poder parental face aos direitos das crianças e atribui ao adulto (pais e profissionais) a obrigação do esforço de garantir a sua sobrevivência em condições de respeito pela sua dignidade e vontade.

Evocar e reconstruir memórias de vida, para enraizar uma história numa relação de sua origem ou de inserção, tem diferentes implicações subjectivas, porque as suas trajetórias pessoais se inscrevem em momentos em que a relação entre condições de vida e oportunidades sociais podem ser mais ou menos favoráveis segundo a posição social ocupada pelas crianças em geral e por cada criança em particular.

Passamos por isso a enunciar muito brevemente “o lugar” a partir do qual estas biografias deveriam ser lidas enquanto histórias que fazem a História do século XX, entendido como tempo de realização e de frustração de promessas da modernidade. Entendemos que o peso do legado intergeracional da pobreza requer ser estimado tendo em conta que houve

momentos fortes de reestruturação social que poderiam ter de facto alterado a experiência vivida nestas trajectórias.

A mulher que inaugura este corte geracional nasceu em 1906, nos primeiros anos do século XX. As suas oportunidades de vida poderiam ter sido influenciadas pelo fim da primeira guerra mundial e pelos investimentos que foram feitos em Portugal no período inaugurado com a implantação da República em 1910. Nesta fase a educação pública foi investida como política social que se estendeu para além do espaço das escolas frequentadas por elites. A ação social incluiu não só as campanhas de alfabetização como também a criação de jardins de infância e a animação de espaços abertos de fruição cultural para toda população das cidades. A vida das crianças que foram entregues para servir agricultores abastados e da menina que viveu na estrada acarretando água com a mãe que teve que abandonar a sua residência e devido à doença mental do marido, poderia ter sido diferente, naquele momento em que as questões de gênero e o divórcio fizeram parte da agenda das elites da época.

Estas crianças poderiam ter tido acesso a uma educação aberta ao mundo se a instituição do Estado Novo a partir de meados dos anos 20, com um regime ditatorial, não tivesse penetrado no ideário das escolas e da acção de educadores. A Silvia, que nasceu em 1942, poderia não ter servido na casa de dois professores, quando ainda era uma criança que queria aprender a ler e a escrever. Em vez disso sofreu, tal com os seus irmãos, os efeitos do clima de valorização resignada com a pobreza e de um excesso de valorização simbólica do esforço no trabalho remetido para a trilogia “Deus-Pátria-Família”, num período em que só alguns segmentos restritos da população estavam dispensados da luta pela sobrevivência e contra a fome.

As duas crianças que nasceram nos anos 60, no período histórico em que a Europa, reconstruiu o Estado-Nação como Estado-providência teriam podido usufruir da proteção social que lhes faltou para não terem que cuidar ou serem cuidadas por crianças que deveriam ser seus pares de brincadeira; poderiam ter sido dispensadas do trabalho precoce, no espaço doméstico e na fábrica, com estatuto de “ajudantes” enquanto a guerra colonial ameaçava mobilizar seus irmãos para um destino incerto.

A história da infância das restantes cinco mulheres cuja narrativa ouvimos, nasceram no período após a Revolução de Abril em 1974. O ambiente de festa e de abertura, que envolveu grandes sectores da população e que

prometeu o que foi sendo problematizado e transformado em políticas sociais, poderia ter garantido que elas se descobrissem como sujeitos com direitos sociais universais, a nível da saúde, educação e segurança social.

De facto, a substituição do Estado autoritário pelo Estado democrático, desestabilizou o universo simbólico, as relações e os modelos sociais cristalizados pelo antigo regime. Foram instituídos limites para as desigualdades sociais reproduzidas pela economia, pela cultura e pela política, no entanto todas as políticas de redistribuição foram abaladas com a crise do petróleo nos anos 70 e o endividamento internacional de Portugal.

Todas estas jovens teriam tido acesso aos cuidados de saúde primária tornados extensivos a toda a população a partir dos anos 80, com empenho das comunidades locais, atentas às crianças como grupo de risco. Elas poderiam ter beneficiado de condições facilitadoras do desenvolvimento global promovidas pelo estado e por este em cooperação com associações sem fins lucrativos, que foram oficializadas como Instituições Privadas de Solidariedade Social para criarem Creches, Jardins-de-Infância, Centros de Actividades de Tempos Livres e Projectos dirigidos às crianças, como espaços em que as crianças estariam protegidas e livres para brincar.

Mas isto não aconteceu! Embora estas narrativas contenham indícios de todas estas transformações o que ficamos a saber foi que estas não penetraram todo o tecido social de modo a evitar que a integração subordinada e a exclusão tivessem passado a ser naturalizadas, como formas de inclusão social, legitimadas pelo Estado que, frente às regras do mercado, passou a investir na “gestão controlada da desigualdade e da exclusão.” (SANTOS, 1999) .

Embora seja necessário admitir que o processo de emancipação colectivo requer o protagonismo de instâncias e atores distantes da realidade concreta e silenciada, da vida das crianças, que pudemos constatar com esta abordagem é que pouco advertimos relativamente ao impacto desigualitário das relações de proximidades que se estabelecem na vida quotidiana das comunidades locais. A este nível torna-se evidente que a vulnerabilidade da condição da infância à reprodução intergeracional da pobreza, não decorre só da precariedade das condições materiais de existência, que é possível objectivar, mas também do modo como estas mesmas condições estão incorporadas e interpretadas como disposições ou contradições subjectivas, o que só é possível escutar!

Este é o desafio analítico e crítico que a sociologia da infância nos coloca ao reclamar para a criança um ponto de vista e um lugar estrutural específico enquanto categoria social, heterogénea que participa activamente na reprodução social e na produção cultural da realidade histórica pela qual também é produzida na sua trajectória de inserção.

Ressituando a infância como lugar de conhecimento e de produção de subjectividades

Neste artigo procuramos dar voz à experiência das crianças a partir da escuta e da fala de adultos. O que trouxemos foi o produto do trabalho de reconstrução narrativa de memórias de vida de um grupo de mulheres que construíram a sua infância como um “lugar”, um ponto de partida e de ancoragem na produção de sentido para as suas histórias de vida. O que procuramos apreender, na leitura e contextualização de pequenos extratos das suas autobiografias foi o modo como cada uma se apropriou, selectivamente, de algumas memórias de experiências dispersas das suas vidas, para construir-se como sujeitos que contam histórias cujo sentido existencial não pode ser encontrado apenas nos contextos de pobreza e na condição de subordinação social que constroem as suas oportunidades de vida.

Pudemos constatar que a referencia à infância surge, nas histórias de vida que elas nos narraram, como parte de um argumento, em que o seu ingresso na trajectória intergeracional ocorre no lugar de filhas de mães biológicas, presentes ou ausentes, que foram substituídas nas suas funções de cuidado, por outras mulheres e/ou por outras crianças, referindo-se a si mesmas, quer no papel de objecto de cuidado quer de cuidadoras dos seus pares, como sobreviventes à adversidade ou como actoras participantes no esforço de produção e reprodução de condições da própria sobrevivência pessoal e familiar.

Pudemos também constatar que nos desfechos (incompletos) destes enredos, iniciados nos primeiros anos de vida eles emergem como sujeitos que falam da sua passagem pela escola e por outros espaços de institucionalização e/ou de sociabilidade entre crianças (rua, vizinhança, creche, Jardim-de-Infância etc.) como mundos paralelos ou concorrentes com o mundo em que os adultos as investem como força de trabalho necessário.

Tivemos a preocupação de contextualizar a escuta destas vozes, no quadro da sociedade em que elas se manifestaram como história de histórias

mais amplas, marcadas por transformações sociais cujos benefícios foram desigualmente distribuídos localmente sob a influência dos grupos dominantes e dos agentes que, inseridos também eles em posições de subordinação/autonomia relativas nas comunidades, mediarão e regularão o acesso a recursos, oportunidades que se poderiam presumir como direitos sociais instituídos num dado momento histórico como universais.

Situamos a inserção da família constituída por estas mulheres no contexto e nas dinâmicas locais de desenvolvimento económico e reestruturação material, social e simbólica, no qual elas participaram em posições de invisibilidade, subordinação e/ou exclusão, que impuseram limites à possibilidade de recusa de condições de vida e de identidades determinadas pelas suas circunstâncias de pobreza.

Procuramos assim que qualquer juízo sobre o papel e do valor das crianças, cuja experiência de vida elas trouxeram aqui, pudesse ser enquadrado numa leitura ampliada das relações sociais e históricas que se estruturam e legitimam nos diversos espaços estruturais de produção de poder e de conhecimento social: os espaços doméstico, da produção, da comunidade, da cidadania, do mercado e do mundo.

Foi assumindo as questões formuladas pela sociologia da infância, que procuramos problematizar o impacto da desigualdade estrutural que é continuamente silenciado pela descontextualização dos debates sobre os direitos da criança e que quizermos pôr a discussão com a apresentação destas experiências de infâncias vividas e dadas a conhecer pela voz e a partir do ponto de vista das próprias mulheres-cidadãs neste espaço-sul europeu e no limiar do século XXI.

Foi também a partir deste referencial teórico que procuramos encontrar nestas vozes indícios ou efeitos da colonização ou dominação cognitiva e social que as obrigou ao esforço de traduzir, transfigurar e eventualmente falsificar as memórias da sua experiência de vida enquanto crianças, duplamente despossadas de voz – pela sua inserção geracional e social – nos termos que constroem a imaginação da universalidade da infância como tempo de dependência e de espera, como lugar de proteção, de cuidado e de educação referidos a instituições como a família e a escola e outros contextos sócio-educativos formais.

Pensamos que as narrativas de experiências de vida de crianças que aqui foram analisadas, como lugar de produção e expressão de subjectividades nos puderam revelar um pouco de como as imagens e

os discursos dominantes sobre a infância e a vida das crianças, pode constringer e reconfigurar memórias e experiências de vidas que podem ocultar a desigualdade social que se manifesta e reproduz nos contextos materiais e sociais de existência das crianças.

Esta dimensão simbólica do processo de reprodução social tem vindo a ser problematizada como as que consideram que a universalidade imaginária da infância mais do que sustentar uma verdadeira prática de defesa dos direitos da criança, como direitos humanos, aproximando direito e realidade mais não faz do que servir os interesses de difusão da visão, das idéias e dos produtos culturais dos grupos dominantes. Esta hegemonia das concepções de infância criam condições sociais e cognitivas que restringem a possibilidade de reconhecimento da heterogeneidade das infâncias, nomeadamente pela diferença do lugar e do valor que é atribuído às crianças como sujeitos que cohabitam e transitam quotidianamente entre mundos sociais e culturais reais e distintos entre si.

O reconhecimento da especificidade da condição social da infância e do ponto de vista das crianças, enquanto sujeitos com uma experiência que requer ser social e historicamente situada, coloca questões que devem ser ponderadas não só no campo social e político, onde se definem políticas sociais mas também no interior do campo científico. As categorias mentais que constroem a infância, no campo da pedagogia, da psicologia e da própria sociologia, podem elas mesmas serem reconhecidas como factores de reprodução social das desigualdades entre as crianças dos diversos grupos sociais; ao orientar a percepção e focalizar a atenção dos agentes sociais sobre determinadas dimensões da vida das crianças, em detrimento de outras, estes conhecimentos produzem as imagens e os discursos com que se define a sua situação no quadro dos debates públicos, da formação e da investigação e das tomadas de decisões e legitimação de políticas sociais para a infância. A própria definição da criança a partir das suas instituições, a família e a escola e que a concebem como problema da família ou como membro da sociedade de bem estar, constitui um constrangimento ao reconhecimento das crianças como actores sociais com direito à palavra, numa sociedade que investe a escola como lugar dominante na definição do estatuto e das condições de experiência da criança.

Numa perspectiva crítica, vinda do interior do campo da psicologia, o problema é colocado nos seguintes termos

de fato, a psicologia do desenvolvimento habituou-nos a pensar a criança na perspectiva de um organismo em formação, que se desenvolve por etapas, segundo uma dada cronologia e que, além disso, fragmenta a criança em áreas ou setores de desenvolvimento[...]a criança, jamais vista por inteiro, como membro de uma classe social situada histórica, social e culturalmente, é seccionada em infinitos comportamentos e/ou habilidades [...] com isso, acabamos nos convencendo de que a criança é uma categoria desvinculada do social, impermeável às relações de classe, apenas um organismo em processo de socialização. Pensar a criança nesta dimensão faz com que a nossa relação com ela seja marcada por uma concepção adultocêntrica, inviabilizando o verdadeiro diálogo com ela, em que ela nos mostra os espaços sociais e culturais de onde emergem a sua voz e o seu desejo. Enfim, nessa perspectiva, a criança não é vista como um sujeito na e da história. (SOUZA, 1997, p. 45).

O que a infância reconstruída destas mulheres denuncia é esta condição de não reconhecimento das crianças como sujeitos históricos que teriam algo a dizer se não fosse a barreira de um saber-poder que as define mais como objetos de observação e de controle, segundo padrões de normalidade, do que como potencial parceiras de diálogo com o adulto.

Como refere Sarmiento (2002, p. 16)

uma rápida leitura sobre os títulos dos jornais induzir-nos-ia facilmente a conclusão de que há uma crise social da infância [e que] é a violência e a crise o que predomina na imagem relatada dos quotidianos das crianças [...] em contrapartida, raras são as referências a iniciativas que atribuam às crianças o papel de agentes activos na construção da agenda social e política [...] a infância emerge como uma geração onde se exprime a crise social [...] há entre as crianças, os seus estilos de vida e modos de apreensão do mundo, e as que gerações que detêm o poder (político, económico e simbólico) a suficiente incomunicabilidade para que afinal, se saiba

tão pouco das gerações mais jovens e para que o recurso ao estereótipo de uma geração em perigo tão clara e consistentemente se tenha vindo a fazer.

O que parece ser de reter aqui é a constatação de que a própria categoria comum, designada como infância que nos tem permitido compreender a ação das crianças é uma ilusão gerada pelo fato dos estudos sobre elas virem sendo realizados sem se ter em conta as trajetórias de inserção e os contextos sociais de pertença, com seus respectivos processos e modos de socialização, valores, aspirações e estratégias familiares (SARMENTO, 2000).

Pode-se afirmar que a descontextualização do conhecimento sobre a infância, tem contribuído para inverter e subverter o próprio processo de conhecimento, na medida em que construímos a realidade das crianças a partir das imagens que temos delas, em vez de, pelo contrário, as nossas imagens serem construídas a partir do conhecimento da sua realidade (FERREIRA, 2000).

O que parece ter um impacto negativo sobre as crianças que vivem em circunstâncias de pobreza e de subordinação social é a construção como negatividade, ou como ausência, as suas formas de inserção social, que nos impede de apreender e eventualmente problematizar o valor e os papéis de que elas são investidas enquanto crianças, tendo em conta o espaço ampliado de relações estruturadas pelo Estado, pelo mercado, pela comunidade, pelo mundo feito próximo através dos *mídia*.

Algumas questões formuladas no campo da sociologia da infância nos dão uma medida do impacto diferenciado do adultocentrismo gerado por estas categorias de pensamento e de ação, que dão forma e conteúdo a discursos e a políticas sociais que podem ter um impacto paradoxal na vida das crianças dos grupos sociais oprimidos pela sua condição de integração subordinada ou de pobreza e exclusão social.

O próprio facto das crianças, que na vida quotidiana têm que assumir responsabilidades concretas, não poderem identificar-se ou serem identificadas a partir destas construções sociais universalizantes da infância, que dispensam a problematização das desigualdades sociais em geral e das desigualdades de poder entre adultos e crianças é em si um factor de opressão e de reprodução da injustiça estrutural. A hegemonia da concepção da infância como tempo de espera e de dependência, que fundamenta a obrigatoriedade escolar, pode tornar impronunciável a experiência das

crianças, que é responsabilizada pela sua situação de dupla ilegalidade perante a escola e o mundo da produção, no qual ela se encontra inserida pela necessidade de garantir os meios da sua própria sobrevivência, participando no esforço de produção e reprodução social da família, ampliando as possibilidades de exploração; exploração exercida quer por pais que investem os filhos como propriedade ou por empregadores interessados em mão de obra maleável, sem custos sociais e não sujeita a regulação.

Se as mudanças sociais exigem cada vez mais que se constitua um outro ponto de vista a partir do qual se apreendam os conteúdos e dinâmicas dos mundos sociais construídos através das interações entre as crianças, como pares, nos tempos que passam sozinhas e que gerem por sua conta, esta necessidade nos parece ser ainda mais premente no caso das crianças responsabilizadas pelo cuidado de irmãos mais novos ou pelo trabalho doméstico.

Se é importante reconhecer a diversidade possível de experiências das crianças nas suas relações e transições intrafamiliares, num momento de transformação da estrutura e dinâmica das famílias, esta necessidade é crucial para prevenir a “patologização” do universo social e simbólico de pertença e inserção das crianças dos grupos desfavorecidos. A categoria descritiva de famílias que vivem situações de pobreza como “famílias multiproblemáticas” e de “famílias pluriassistidas” pode bem ser um indicador do risco a que nos referimos.

Se é certo que se reconhece que as crianças enquanto categoria social têm sido desautorizadas pelas decisões dos adultos a seu respeito, nas situações de conflito, esta desautorização tem um efeito desigual sobre as crianças que tem que suportar as consequências dos conflitos, auto-responsabilizando-se pela sobrevivência própria, de irmãos ou da própria família.

Se o enfrentamento de conflitos entre sistemas de significado e de valor requerem cada vez mais que qualquer criança seja colocada em posição de participante, em negociações de sentido das práticas sociais, esta exigência nos parece ainda mais fundamental nas crianças dos grupos sociais a quem é dada uma margem muito mais estreita de mobilização de táticas e estratégias relacionais frente aos seus pares sociais e os adultos investidos de poder social. Se o reconhecimento da necessidade de criar espaço de construção destas mediações do diálogo entre crianças e entre estas e os adultos é importante quando as crianças se identificam com as instituições que os adultos criam para as socializar, a construção cognitiva e social

destas mediações tem que ser assumida um ponto crítico da inserção social das crianças que transitam entre universos sociais e simbólicos diferentes e muitas vezes imaginados como antagonicos.

Mais do que quaisquer outras, a competência social, os sentimentos, as idéias, os desejos e as expectativas, das crianças destes grupos, não podem ser inferidos por referência a sistemas centrados na criança ou orientados para as crianças.

Este conjunto de questões revisitadas por Sarmiento (1997) não podem sequer serem respondidas sem a participação das próprias crianças destes grupos, como parceiras de um diálogo no qual não se podem fazer representar pelos adultos, a quem a sociedade tem atribuído a responsabilidade individual, pelas circunstâncias de risco, de pobreza e de exclusão social que constriem o acesso das crianças aos espaços de oportunidade, das suas comunidades e o horizonte de emancipação das sociedades em que são cidadãs.

A ausência desta escuta tem provavelmente custado às crianças dos grupos sociais subordinados um esforço constante de tradução das suas próprias experiências e aprendizagens de vida no quadro de dois universos em que se podem sentir “estrangeiras”. Estrangeiras relativamente às lógicas dos adultos que governam mais diretamente os mundos sociais que elas habitam; estrangeiras relativamente a mundos sociais mais amplos, que são regulados por um poder social e simbólico que exclui, desqualifica ou requalifica como problema social aqueles que lhes fornecem os elementos e processos de construção dos mundos sociais e culturais próprios, que criam e habitam com outras crianças, seus pares.

Em tom de comentário final

Não podemos terminar este artigo sem referir o voluntarismo ingénuo que tem marcado as ações que propõem o debate público dos direitos da criança, que reproduz o que Manuela Ferreira qualifica como “universalidade imaginária” da infância e do estatuto da criança, construído pela retórica dos direitos humanos, também pressupostos ideologicamente como universais.

O problema que se impõe considerar é o efeito de ocultação, por estes discursos ideológicos, do retrocesso real da condição social concreta das crianças que tem vindo a ser “resolvido” com a emergência

de políticas e práticas sociais duais para a infância, que se organizam em torno da ideia de “risco” e que se diferenciam conforme o meio de inserção social das crianças.

Esta dualidade de políticas sociais e educativas e respectivos critérios de atendimento das necessidades e interesses das crianças podem, de facto, constituir novas formas de estruturação desigualitária das relações de classe social, género, pertença étnica, inserção na esfera do trabalho entre as próprias crianças enquanto segmento da população e membros da mesma “cidade” (em construção).

Esta reflexão crítica sobre os nossos próprios esforços para libertar as crianças da condição social que interdita a sua possibilidade de definição de si mesmas, nos seus próprios termos e a partir das suas circunstâncias, nos remete para uma das narrativas que nos surpreendeu, pela capacidade de autoria que aquela jovem revela no processo de construção narrativa de si mesma, recorrendo a recursos que ela importa de outros universos simbólicos que lhe permitem escapar aos limites de significação da sua vida, profundamente constrangida pela pobreza.

A sua autora nasceu em 1983, numa época em que a abertura ao espaço mundo, apresentado pelos média, como lugar de conhecimento e de confronto com a diversidade cultural, em que a desigualdade estruturada pela globalização económica, surgia apenas como características dos cenários de vida. Ela foi a única mulher a frequentar uma escola de segundo ciclo do ensino básico, situada fora do território que circunscrevia o seu círculo imediato de relações sociais: a família, a escola e a vizinhança.

Na sua narrativa ela se apresenta como uma criança que se reconhece apreciada pelos seus outros, pela sua graça, que não faz contrastar com o ambiente em que vive. Ela se socorre de outros referentes de apresentação de si mesma mas não deixa de habitar e de falar de si a partir das suas próprias circunstâncias de vida, vivida em condições de grande pobreza, como ressalta da sua descrição. A sua fala refere como consequências da condição de precariedade económica, a dependência da habitação, o fato de ficar sozinha enquanto a mãe ia trabalhar, até a chegada dos irmãos. Irmãos que a levam a mamar no regresso da escola, e a quem ela se refere como crianças que brincam a brincadeira em que ela participa e que, de a por em perigo, ela qualifica como experiência de crianças!

“Quando eu era pequenina diziam que eu era a Gabriela, porque eu andava sempre descalça e porque era baixinha, redondinha! Eu nasci na casa onde eu vivi, no mesmo

quarto onde eu estou. Era tudo muito velhinho, o chão era só terra e não tinha nem sequer mosaico, nem nada. Também era preciso pôr uns plásticos porque a chuva ia lá para dentro. Aquilo era um quintal do meu tio, mas como vivíamos com muita dificuldade, tínhamos que nos contentar.

Eu nunca andei em infantário. Andei sempre lá por casa. Era a minha irmã mais velha que tomava conta de mim. Como eu era muito sossegada, quando era bebê eu ficava com os meus irmãos. Eu ficava dentro de um caixote e eles iam-me levar à fábrica para a minha mãe me dar o peito. Contam que a fábrica tinha uma ladeirita a descer e que os meus irmãos deixavam ir o carro sozinho, então lá vinha eu e espetava o nariz no chão! Eram crianças! Como eram crianças, era assim que calhava!” (OLGA, 1978).

A questão que poderia reabrir, em vez de fechar, o espaço de comunicação criado com a produção deste artigo é: que leituras teríamos feito desta narrativa se a interpretássemos segundo as categorias mentais com que construímos os nossos discursos sobre a realidade de crianças que a pobreza põe de facto em situações de risco?

Se é certo que nada desculpa a desatenção aos riscos a que a pobreza expõe as crianças, o certo é que a imaginação de formas de enfrentamento deste risco não deve incluir a construção de identidades que comportem em si o peso e o preço das desigualdades estruturais, na forma de hetero ou auto-exclusão dos universos sociais e simbólicos que nos torna contemporâneos e semelhantes. Esta me parece ter sido a forma de ação empreendida pela Olga, que sem deixar de habitar a sua condição social, como parte e participante de uma trajectória intergeracional, que está inscrita nos subterrâneos da modernidade, vai para além do espaço doméstico, da comunidade e da escola e como cidadã vai até ao espaço mundo, onde se confronta com a malvez de um mercado, que lhe oferece imagens como recurso, de que ela se apropria, selectivamente para escapar ao risco de ser estritamente reconhecida como “menor valia”, produzida no e pelo espaço de produção, dinamizado por este mesmo mercado.

Notas

- 1 A Freguesia que caracterizaremos adiante, está inserida num Município situado na Região Centro de Portugal, numa zona de transição entre o litoral mais desenvolvido e o interior mais remoto. A área do Município é de 337,28 Km² e segundo o censo de 2001 a população

é de 49.041. Os dados das migrações indicam que a população é muito estável, já que 96,4% da população nunca mudou de concelho; que cerca de 1,5% da população imigrante é proveniente de outro concelho e que apenas 0,9% é proveniente do estrangeiro. Admitimos no entanto que estes dados ocultem a população oriunda dos países africanos e do leste europeu que tem afluído ao Concelho nos últimos anos. A percentagem de pessoas que não sabe ler ou escrever é de 13,2% e 68,5% atingiu o nível básico mas apenas 19,1% passou para o 2^a ciclo e 11,10% finalizou o 3^o ciclo.

- 2 Para além de explicitarmos no início de cada relação de pesquisa os objetivos do nosso trabalho, procuramos diferenciar os papéis de interlocução no quadro de uma interação social de que deveria resultar: a produção de um relato e de uma narrativa autobiográfica em primeira pessoa e conhecimento científico-social e portanto analítico e interpretativo sobre a realidade vivida, tendo em conta a relação entre a educação e a sociedade.
- 3 Procuramos adotar a postura de “reflexividade reflexa” proposta por Bourdieu (1998).
- 4 Potencialidades que foram discutidas por Bourdieu, Bertaux, Ferrarotti, Poirier e Delory Momberg, entre outros.
- 5 A Freguesia tem quatro escolas do ensino básico e uma do 2^o e 3^o ciclo. A nível de saúde tem um centro de saúde, uma farmácia, cinco consultórios médicos e um posto de enfermagem e à nível de estruturas de apoio social a crianças e idosos, uma instituição privada de solidariedade social de tipo associativo assegura o funcionamento de uma creche e um centro de actividades de tempos livres para as crianças e um lar, com centro de dia para idosos, ao abrigo de um acordo de cooperação com o Estado. Esta localidade foi investida pelo Estado e outras instâncias externas com um Projecto de Luta contra pobreza e de outros projectos de intervenção comunitária, no entanto, ao fim de três anos as suas actividades não conseguiram o devido enquadramento nas instituições de base local, passando a população a ser servida por instituições ligadas a igreja, implementadas em outras freguesias.

- 6 Alguém que trabalha para ter comida, vestuário e alojamento.
- 7 Na investigação que deu lugar à Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação, cada uma destas mulheres dispôs do tempo que pediu para contar a sua história de vida. Destas entrevistas foram construídos textos, de que só trouxemos aqui partes do discurso com que cada uma inaugurou, por assim dizer, a sua narrativa pessoal sobre si mesma, reinventando-se como subjectividade.

Referências

- ARIÈS, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*; Paris : Seuil, 1973.
- BOURDIEU, Pierre et al. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- FERREIRA, Manuela. *Salvar os corpos, forjar a razão: contribuição para uma análise crítica da criança e da infância como construção social em Portugal 1880-1940*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000.
- HESPANHA, Pedro; MADEIRA, Rosa et al. *Entre o Estado e o mercado: as fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*. Coimbra: Editora Quarteto, 2000.
- HESPANHA, Pedro; MADEIRA, Rosa et al. *Risco Social e incerteza: pode o Estado recuar mais?* Porto: Edições Afrontamento, 2001.
- ITURRA, Raul. Tu Ensinas-me Fantasia, Eu Procuo Realidade; *Educação Sociedade e Culturas*, Porto, n.4, p. 91-103, 1995.
- MADEIRA, Rosa. *Sobreviver e existir: limites e potencialidades da Educação*. 2003. Tese (Doutorado em Ciências da Educação)-Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação; Universidade do Porto, Porto, 2003.
- PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel. *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Instituto de Estudos da Criança/Universidade do Minho, 1997.
- REIS, José; TOLDA J.; COELHO, L.; MARINHEIRO, C. *Potencialidades e factores de dinamização dos Concelhos de Águeda e Estarreja*. Lisboa: Observatório de Emprego e Formação Profissional, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Oficina do CES, 1999 .

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, Luis Eron et al. (Org.). *Novos mapas culturais: novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina, 1996.

SARMENTO, Manuel. *A infância e o trabalho: a (re)construção social dos ofícios das crianças*. Forum Sociológico, Lisboa, n.3/4, p.33-47, 2000.

_____. Infância, exclusão social e Educação como Utopia realizável. *Educação Sociedade e Culturas*, Porto, n.17, p.13-32, 2002.

_____. *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Instituto de Estudos da Criança/ Universidade do Minho, 1997.

SOUZA, Solange Jobim e. Re-significando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KRAMER, S.; LEITE, M. *Infância: fios e desafios de pesquisa*. SãoPaulo: Papirus Editora, 1997.

Children-Formation.

Reconstruction of childhood as legacy and locus for life significance

Abstract:

Infancy has always been understood as the proper time for children's development and socialization. In this article we will approach infancy as a point of anchorage and source of meaning for life histories, narratives that has been constructed as a way of acceptance or refusal of identities defined by circumstances of poverty and social subordination. The Sociology of infancy is the article's theoretical reference and its aim is to argue about the impact of structural social inequality – which has been silenced by a rhetoric that does not contextualize the debates on children's rights – by reviewing auto-biographical narratives of women born between 1906 e 1988 in a family of Portugal's central coast region.

Key words:

Infancy. Children-Social aspects.

La infancia que se reconstruye como un legado y como un lugar de significación de las trayectorias de vida

Resumen:

La infancia se ha entendido como lugar de desarrollo y de socialización de los niños. En el presente artículo trataremos la infancia como un punto central y como fuente de significado para las historias de vida que se construyen como aceptación o rechazo a las identidades definidas socialmente por las circunstancias pobreza y subordinación social. Teniendo como referencial teórico a la sociología de la infancia, nos proponemos problematizar el impacto de la desigualdad estructural, silenciado por la descontextualización de las discusiones sobre los derechos del niño, mediante la revisión de narrativas autobiográficas de mujeres que nacieron entre 1906 y 1988, en una familia residente en el centro litoral de Portugal.

Palabras clave:

Infancia. Niñez-Aspectos sociales. Niñez-Formación.

Rosa Madeira
Departamento de Ciências da Educação da
Universidade de Aveiro.
Campus Universitário de Santiago
3810- 193 - Aveiro
Tel: (351)234 370631/353
Fax : (351)234-370640
rmadeira@dce.ua.pt

Recebido em: 21/03/2005

Aprovado em:17/05/2005